

O papel das Forças Armadas brasileiras nas lutas sociais e políticas

Marcelo Buzetto*

Resumo:

Esse artigo pretende compreender o papel das Forças Armadas diante das lutas políticas e sociais no Brasil, com destaque para a influência ideológica da Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG), bem como a relação entre militares e governo Bolsonaro. As Forças Armadas brasileiras continuam atuando como protagonistas em todos os processos políticos, se movimentando de maneira explícita ou mais discretamente, dependendo da ocasião ou assunto. Nosso objetivo é analisar esse comportamento golpista e pró-imperialista presente nas Forças Armadas.

Palavras-chave: Forças Armadas, imperialismo, golpe de Estado, anti-imperialismo.

The Role of the Brazilian Armed Forces in Social and Political Struggles

Abstract:

This article seeks to understand the role of the Armed Forces in the face of political and social struggles in Brazil, with an emphasis on the ideological influence of the Doctrine of National Security elaborated by the Superior War College (ESG), as well as the relationship between the military and the Bolsonaro government. The Brazilian Armed Forces continue to act as protagonists in all political processes, in some cases explicitly and others more discreetly, depending on the occasion or subject. Our objective is to analyze this coup-oriented and pro-imperialist behavior that is present in the Armed Forces.

Keywords: Armed Forces, imperialism, coup d'état, anti-imperialism.

A submissão das Forças Armadas aos interesses estadunidenses: história e ideologia

As Forças Armadas da América Latina, em sua ampla maioria, continuam sendo utilizadas como um instrumento fundamental para assegurar a realização dos interesses estratégicos do grande capital industrial e financeiro estadunidense.

* Doutor em Ciências Sociais. Pós-Doutor em Ciências Sociais na UNESP, Marília-SP, Brasil. Autor de *A Questão Palestina: guerra, política e relações internacionais*. São Paulo: Expressão Popular (2016). End. eletrônico: mabccae@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9796-484X>.

O grau de submissão das Forças Armadas latino-americanas à política externa estadunidense é algo muito impressionante, pois as cúpulas dirigentes têm renunciado conscientemente a qualquer projeto nacional de desenvolvimento econômico, político, social, cultural. Essa posição de submissão é uma construção histórica que vem se desenvolvendo desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Em 1947, com o surgimento da Central de Inteligência Americana (CIA), cria-se um departamento específico para acompanhar/monitorar as lutas políticas e sociais na América Latina. A participação da CIA na derrubada de governos democráticos, populares, nacionalistas, progressistas ou anti-imperialistas não é uma novidade na história, portanto, não é – ou não deveria ser – nenhuma surpresa que o governo dos EUA continue se comportando da mesma maneira que na época da conhecida Guerra Fria. Os EUA empurraram a América Latina para a Guerra Fria, não permitiram a sobrevivência de governos que tivessem uma posição assentada no princípio da política externa independente. Governos que tentaram implementar políticas sociais para reduzir as enormes desigualdades estruturais e históricas, como a reforma agrária, ou regulamentar o envio das remessas de lucro das empresas transnacionais para o exterior, ou ainda nacionalizar setores estratégicos da economia, como a indústria do petróleo e gás, foram sabotados, combatidos e derrubados com explícita participação de sucessivos governos dos EUA e suas agências, sejam eles democratas ou republicanos.

Historicamente, desde o início do século XIX, os EUA incorporaram ao DNA de sua política externa, a guerra de conquista, a defesa de seus interesses estratégicos a qualquer custo, por quaisquer meios, ou seja, foi se tornando um país imperialista, e suas ações na América Latina contemporânea seguem aos princípios estabelecidos por um complexo industrial-militar que ganhou força, influência e poder durante a luta contra o movimento comunista internacional e a ascensão da URSS.

No Brasil, essa ideologia pró-imperialista no interior das Forças Armadas vai conquistando importantes espaços após 1949, com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG). Após a participação brasileira na Campanha da Itália, sob o comando de oficiais estadunidenses, um conjunto de militares retorna ao país e cria um grupo “modernizante-conservador”, “inspirados na experiência ideológica e militar comum durante a campanha na Itália”, e “pela participação em cursos de instrução e treinamento nos Estados Unidos”. Alguns desses oficiais do exército brasileiro eram filiados ou apoiadores da União Democrática Nacio-

¹ Segundo Svampa (2011) conflitos socioambientais são aqueles relacionados ao acesso, conservação e controle dos recursos naturais, e que supõem por parte dos atores envolvidos interesses e valores diferentes num contexto de assimetria de poder.

² Para o interessante debate acerca da justiça ambiental no Brasil, ver Acselrad et. al. (2009).

nal (UDN) e do Partido Democrata Cristão (PDC), partidos que representavam posições políticas de extrema-direita, de direita e de centro-direita. Esse grupo deu origem a um “reduto político e ideológico”, a ESG. (Dreifuss, 1981, p. 78). É interessante observar oficiais das Forças Armadas brasileiras, da ativa ou da reserva, em diferentes momentos do período de 2003 a 2016, governos Lula e Dilma, e com maior agressividade entre 2016 e 2019, em palestras e cursos para militares e civis, falarem da influência de uma “ideologia” contrária aos interesses nacionais, “estranha aos valores fundamentais da nação brasileira” ou algo parecido, em referência ao que chamam de “comunismo”, “socialismo” ou “bolivarianismo”. Se estudarmos com atenção e objetividade os Manuais da ESG, será inevitável chegarmos à conclusão que tal instituição foi responsável pelo mais intenso e prolongado programa de formação política e ideológica nas Forças Armadas brasileiras, com nítida influência na formação de quadros dirigentes também para as instituições militares sul-americanas. A Ideologia de Segurança Nacional, presente na doutrina difundida pela ESG entre 1949 e 1964 nada mais foi do que um conjunto de ideias, conceitos, noções, valores e princípios que buscavam interpretar a realidade numa determinada perspectiva, subordinada diretamente aos interesses do governo dos EUA na política internacional. Algumas adaptações foram feitas, é óbvio, para tentar dar um caráter nacional a esse pensamento estratégico, mas na essência e nos fundamentos doutrinários tal ação educacional/cultural serviu, sem dúvida, aos interesses estadunidenses. A visão de mundo apresentada pela ESG sempre adotou uma perspectiva profundamente ideológica, visando justificar a existência dos governos antidemocráticos no Cone Sul, que se multiplicaram após o golpe militar-empresarial no Brasil, em 31 de março de 1964. A ideologia difundida pela ESG não somente

³ Costumou-se chamar o conjunto maior de usinas no rio Juruena de Complexo Energético do Juruena - formado por 9 PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e 2 AHE (usinas hidrelétricas) de interesse privado. Todas as usinas, exceto a PCH Divisa, localizam-se no curso do rio Juruena.

⁴ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado em 2007, no segundo mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Entretanto, foi durante o governo de Dilma Rousseff que o PAC entrou em sua segunda fase e consolidou-se. O objetivo de sua criação foi a “retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável”. Estrategicamente idealizado como um plano de retomada dos investimentos em setores-chave da economia, o programa “contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais”. Disponível em <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em 30 Jan. 2016.

⁵ O Programa de Incentivo às Fontes de alternativas de energia elétrica foi instituído pela Lei nº 10.438/2002, e até 31/12/2011, implantou “um total de 119 empreendimentos, constituído por 41 eólicas, 59 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e 19 térmicas a biomassa”. Disponível em <http://www.eletrobras.com/elb/ProinfA/data/Pages/LUMISABB61D26PTBRIE.htm> Acesso em 30 Jan. 2016.

⁶ Além dos recursos do PAC e do PROINFA, os investimentos necessários para a realização do projeto energético vieram de fundos de pensão.

empurrava o Brasil para um alinhamento automático com os EUA na Guerra Fria, mas buscava explicar a realidade brasileira construindo uma visão muito própria da nossa história, afirmando, por exemplo, que a “índole brasileira, tolerante e afetiva, é fator favorável à paz social”, e que “a integração racial é facilitada pela ausência de preconceito racial, herança benéfica do caldeamento racial português” (ESG, 1976, p. 242-243).

Tais afirmações poderiam ter saído da boca do atual vice-presidente brasileiro, General Hamilton Mourão, que sempre repete algo semelhante sobre tais assuntos. Mas tais ideias foram retiradas do Manual Básico da ESG, de 1976, no capítulo “Elementos Doutrinários”. Em outra parte, o Manual Básico, ao explicar o funcionamento do sistema capitalista, afirma que “A instituição da herança enseja a continuidade do Capitalismo”, insinuando o erro que seria taxar as grandes heranças, pois “enquanto a propriedade privada é importante para que se acumule e conserve riqueza, a herança representa um incentivo adicional nesse sentido” (Idem, p. 150-151).

No mesmo livro ainda é possível encontrar pérolas sobre as “operações de guerra psicológica”. Segundo o Manual, Ação Psicológica é a “que congrega um conjunto de recursos e técnicas para gerar emoções, atitudes, predisposições e comportamentos de indivíduos e coletividades, favoráveis à obtenção de um resultado desejado”, e a Guerra Psicológica “é o emprego planejado da propaganda e da exploração de outras ações, com o objetivo de influenciar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos adversos ou neutros, de modo a apoiar a consecução dos Objetivos Nacionais” (Ibidem, p. 106-107). Esses Manuais fizeram a cabeça da geração de oficiais das Forças Armadas que agora desfrutam de poder, influência e privilégios graças à ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da República. No Manual Básico da ESG de 1983 novamente a ideia da desejada “Paz Social”, reafirmando que, no Brasil, “a integração étnica é facilitada pela ausência de preconceitos” (ESG, 1983, p. 56). Também chama a atenção na referida obra esguiana a definição de “processo subversivo”, que seria a Sequência de atos, normalmente com conotações ideológicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifesta no âmbito interno do país – atentando contra a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes – seja, entre outras formas, por ação direta contra o Governo, seja pelo controle progressivo da população e pela destruição dos valores da nacionalidade. (Idem, p. 219)

⁷ Encontrado em <http://infraasset.com/participacoes-fip-energia.html>. Acesso em 28 Abr. 2017.

⁸ Desde o fim da década de 1990, entretanto, técnicos e representantes dos empreendedores já sobrevoavam os rios da região para investigar possíveis pontos de barramentos energéticos economicamente viáveis.

Essa reflexão está inserida no debate sobre as “responsabilidades do Estado na Defesa Interna”. Diante de ações consideradas como “processo subversivo”, o Manual é taxativo. Recomenda “Evitar, Impedir, Eliminar”. Evitar “significa uma ação para que não se crie e amplie no País o clima propício ao desenvolvimento do processo subversivo”. Impedir “significa uma ação para que não se forme ou atue no País o grupo subversivo”. Eliminar “significa uma ação para destruir o mecanismo e neutralizar os dirigentes do processo subversivo em andamento” (Ibidem, p. 219). No caso brasileiro, podemos associar com tranquilidade essas observações e orientações políticas e ideológicas da ESG com as atitudes e comportamentos do atual presidente, do vice-presidente e da ampla maioria da cúpula das Forças Armadas, e tal instituição não fez – e provavelmente não fará, a curto prazo – uma autocrítica sobre sua produção teórica e suas ações do passado. A leitura que se faz da realidade tem uma influência direta nas ações cotidianas, e quando alguém faz parte de uma “instituição de Estado”, como se consideram as Forças Armadas, as ideias ganham materialidade através das decisões políticas, dos regulamentos, dos manuais, das ordens e decretos etc.

É possível que apareça algum questionamento afirmando que as citações acima são do período da ditadura militar-empresarial (1964-1985), e que as coisas mudaram após a chamada “democratização”. Mas a ESG publicou e compartilhou com alunos de seus cursos, em 1995, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, os Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra. No capítulo sobre “Segurança Interna” há toda uma preocupação com processos que possam assegurar à “nação a tranquilidade no seu âmbito interno”, evitando ou controlando “inconformismos de minorias que buscam a imposição de seus pontos de vista, e radicalizam suas ações, pela violência e manipulação subversiva”. Segundo o livro da ESG, a fragilidade das instituições brasileiras pode criar oportunidades para essas minorias. Essas “contradições e vulnerabilidades” podem ser “exploradas por grupos minoritários nacionais, insurrecionais ou revolucionários, eventualmente apoiados por potências estrangeiras” (ESG, 1995, p. 131-132).

Para enfrentar essas situações devem ser adotadas “medidas e ações de defesa interna”, tais como: Atividade Preventiva, Atividade Repressiva e Atividade Operativa. Atividade Preventiva são um conjunto de “medidas extraordinárias de caráter preventivo”, um elenco de “medidas de caráter antecipatório ou dissuasório”. O interessante é que o livro não dá detalhes sobre o que ou quais seriam essas medidas. A impressão é que tais expressões já fazem parte do vocabulário específico interno, portanto, não é necessário um maior detalhamento. Baseado na experiência histórica das lutas sociais e políticas contemporâneas, que atividades de monitoramento de indivíduos e/ou grupos/organizações consideradas

¹⁰ Apesar de mencionar as demais usinas e empresas envolvidas no Complexo Juruena, a pesquisa aqui tratada se concentrou no grupo Juruena S.A.

uma ameaça, infiltração de agentes, vigilância e inteligência poderiam ser parte dessas iniciativas “preventivas”. Mas, se tais medidas não garantem os resultados desejados, como reduzir ou neutralizar a ameaça à “paz social”, então entram em cena medidas mais enérgicas. Assim,

Diante da impossibilidade de ser mantida a ordem interna ou de serem protegidos os interesses nacionais, a despeito das medidas adotadas anteriormente, e, estando delineados os agentes do processo, cabe ao governo adotar medidas mais enérgicas, visando a, em última análise, preservar os objetivos nacionais ameaçados (Idem, p. 134-135).

Essas “medidas mais enérgicas” seriam “medidas de emergência, estado de emergência, estado de defesa, estado de sítio” (Ibidem, p.135). Dão forma ao que seria a Atitude Repressiva. Já o conjunto da terceira medida e ação de defesa interna é denominado Atitude Operativa. Caso as ações repressivas não surtiram o efeito esperado de neutralizar as iniciativas dos inimigos internos e uma série de conflitos sociais e políticos continuaram de maneira crescente e em diferentes regiões do país, o desenvolvimento dessas contradições e antagonismos no interior da sociedade poderá elevar o nível de enfrentamento dos agentes do Estado e suas instituições, entre elas as Forças Armadas, contra grupos que ameaçam a Segurança Nacional, criando condições onde a luta armada e outras ações da chamada “guerra revolucionária” se tornem uma realidade. Num cenário como este se destacam as ações militares, pois seriam necessárias operações para conter “o mecanismo insurrecional, revolucionário ou terrorista” (ESG, 1995, p.135).

A visão de mundo e de realidade presente nos diferentes materiais publicados pela ESG ao longo dos anos orienta a construção de uma Doutrina, um pensamento estratégico, uma ideologia. E essas ideias estão no poder. Essas ideias, no caso brasileiro, conquistaram parcelas importantes do aparato estatal, entre elas a presidência da República e os parlamentos federal, estaduais e municipais.

¹¹ A segunda empresa integrante da Juruena Participações S.A. é a empresa L., pertencente à família N., também atuante da área de construção civil.

¹² O único mandado de busca e apreensão expedido pela Operação Lava Jato em Mato Grosso foi na sede da Empresa Juruena S.A. Um dos membros do conselho administrativo da Juruena S.A. também é proprietário da Construtora desses irmãos, que possuem vários contratos de obras com o estado do Mato Grosso, inclusive cinco obras da Copa do Mundo de 2014 (Matos, 2014b).

¹³ Ele foi tesoureiro da campanha vitoriosa à reeleição de Dante em 1998, e foi investigado por uma acusação de caixa 2 nas campanhas do ex-governador do PSDB.

¹⁴ O CONSEMA é o órgão estadual responsável, entre outras coisas, por propor e aprovar normas de proteção e preservação do meio ambiente, e aprovar ou desaprovar qualquer projeto que cause impacto ambiental.

¹⁵ Em 2014, novas organizações foram eleitas para o colegiado do CONSEMA para o biênio 2014-2016. O Instituto Ação Verde ficou de fora do conselho.

¹⁶ Fonte: <https://www.al.mt.gov.br/midia/noticia/129/deputado/163801/texto>. Acesso em 12 Jan. 2017.

Uma preocupação bastante razoável no atual momento é que os adeptos dessas ideias identificam como uma ameaça à paz social, à tranquilidade, aos interesses nacionais e à Segurança Nacional os sem-terra, os quilombolas, os sem teto, os povos originários/indígenas, os movimentos sindical e popular e qualquer organização de esquerda que realize mobilizações contundentes contra o governo federal e seus aliados estaduais e municipais. E para isso se utilizam dos decretos de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), da Força Nacional de Segurança e de qualquer outro dispositivo necessário para atingir o objetivo estabelecido.

O governo Bolsonaro: expressão dos interesses da atual cúpula dirigente das Forças Armadas

Por todos os elementos apresentados acima, não consideramos que é uma surpresa o comportamento do atual presidente brasileiro e seu vice, pois ambos são a representação real do que pensa a maioria da cúpula dirigente das Forças Armadas na atualidade. Até mesmo alguns setores do chamado campo político progressista chegaram a alimentar ilusões quanto à postura de Jair Bolsonaro enquanto presidente. Argumentavam que, em campanha eleitoral, Bolsonaro seria agressivo, violento e intolerante com opositores, mas na presidência mudaria, seria obrigado a dialogar, a negociar com prefeitos, governadores, com o parlamento etc. E o que se viu foi, até agora, o mesmo Bolsonaro de trinta anos atrás, orientado por uma Doutrina, por princípios e fundamentos inquebrantáveis.

Várias correntes da esquerda brasileira não se cansam de cometer erros, na análise e na ação. E, com uma arrogância sem igual, continuam alimentando ilusões e desorientando suas bases sociais. E alguns setores progressistas não tardaram a afirmar que Bolsonaro não representa as Forças Armadas, que essa instituição não pode ser confundida com as aberrações verbais e os atos completamente irresponsáveis do atual presidente. O que observamos é que Bolsonaro e Mourão são instrumentos de um projeto de poder pensado e executado sob a supervisão e controle de um grupo de oficiais que hoje possuem uma relativa hegemonia no interior da corporação militar e seus agregados, especialmente no Exército, e fortes vínculos com setores do empresariado.

O crescimento do número de militares no governo de Jair Bolsonaro suscitou um debate sobre o papel das Forças Armadas. E novamente vieram as ilusões de distintos setores da socialdemocracia, do neodesenvolvimentismo/social-liberalismo e da centro-esquerda, afirmando que Bolsonaro não representa as Forças Armadas. Pura ilusão! Para a infelicidade de toda a nação, especialmente para a classe trabalhadora, Bolsonaro é a expressão mais realista e honesta do que se transformaram as Forças Armadas brasileiras. A cúpula das Forças Armadas tem, no governo atual, seu representante, o que causa indignação profunda a

qualquer pessoa que defenda um projeto de desenvolvimento com soberania nacional, justiça social e baseado na paz e cooperação entre os povos. Bolsonaro é o elemento ideal para a realização dos interesses e privilégios de uma cúpula militar dirigente que rompeu os vínculos com a maioria da sociedade, uma cúpula militar que abandonou valores como a solidariedade ativa diante das camadas empobrecidas da população brasileira.

A cúpula militar dirigente está vinculada, ainda, ao golpe militar-empresarial de 31 de março de 1964, e todas as consequências que levaram grande parte da população a responsabilizar essa corporação pelos graves problemas econômicos estruturais que o país viveu dos anos 80 até os dias atuais. Foi nos governos da ditadura militar-empresarial que o Brasil se tornou um dos mais desiguais países do mundo, com recordes em concentração de renda e concentração de terras nas mãos de uma minoria. Também foi nesse período de 1964 a 1985 que tivemos o descontrole absoluto e o crescimento assustador do endividamento externo. Mas será que os jovens cadetes das escolas militares estão aprendendo isso?

Não é com alegria que reconhecemos a existência de uma íntima identidade entre o presidente e seu vice com a maioria da cúpula dirigente das Forças Armadas, uma cumplicidade que está levando a nação para um caminho de destruição econômica, social, política, cultural e ambiental nunca antes imaginado. Setores dessa cúpula dirigente vêm se beneficiando com privilégios, agrados, emprego para familiares e amigos, e todo o tipo de relação promíscua entre Estado/governo e iniciativa privada, condição bastante apropriada para estimular e/ou fortalecer a tão falada corrupção.

Bolsonaro e Mourão se tornaram as figuras públicas de um projeto de poder em curso no interior das Forças Armadas desde a chamada “democratização”. Aqui nunca houve reconciliação entre Forças Armadas e povo, entre Forças Armadas e direitos democráticos, entre Forças Armadas e projeto nacional, popular e democrático de desenvolvimento.

No Brasil, desenvolve-se, a partir de 1889, com a Proclamação da República, uma “Sociedade Política Armada”, uma “sociedade militar” no interior da própria sociedade brasileira. Essa “sociedade militar” consolida seus interesses e sua es-

¹⁷ As categorias de secretários de estado elaboradas por Silveira em sua pesquisa foram: os secretários monopolistas, os multifuncionais, os secretários resgatados, secretários políticos, os secretários empresários-políticos.

estrutura organizativa, bem como seu poder no seio do Estado Burguês, entre 1964 e 1985. Esta “sociedade militar” sempre manteve “múltiplas interseções e inter-relações com as forças políticas de elite, de cunho empresarial, burocrático-estatal e cultural”, privilegiando “de fato as classes dominantes” (Dreifuss, 1989, p. 28).

O corporativismo e as relações de confiança e cumplicidade estabelecidas entre os membros da “família militar”, aliadas ao princípio da hierarquia e disciplina, criam as condições favoráveis para que uma cúpula dirigente de oficiais consiga movimentar as tropas no complexo cenário das lutas políticas e sociais, posicionando o contingente militar sempre ao lado daqueles que, segundo os comandantes, defendem os “interesses nacionais”.

Mas esta “sociedade militar” será um espaço de intensas disputas políticas e ideológicas, especialmente entre 1922 e 1964, com destaque para os acontecimentos de 1930 (a chamada “Revolução de 30”), de 1935 (ação militar de setores da Aliança Nacional Libertadora – ANL contra o governo Vargas, em Recife, Natal e Rio de Janeiro), tentativas de golpe de Estado em 1955/1956 e 1961, e a vitória do setor militar pró-imperialista em 31 de março de 1964. Entre os anos 1930 e 1964 se constituem dois blocos de força no interior das Forças Armadas brasileiras, os “nacionalistas” e os “entreguistas”. Segundo Lúcio Flávio de Almeida, talvez uma das melhores expressões desse “nacionalismo triunfante” dos anos 50 e 60 teria sido Henrique Teixeira Lott, que na condição de respeitado General, foi convidado para ser o Ministro da Guerra no governo de Juscelino Kubitschek. Lott seria uma das expressões – não a única – mais legítimas desse setor nacionalista militar com inclinações progressistas no que se refere a temas como políticas sociais para combater desigualdades, defesa intransigente da soberania nacional e apoio a uma política externa independente, visando à cooperação com todos os povos e nações. Esse “ramo militar do aparato estatal” teve em Lott uma liderança da “burocracia militar nacionalista”, muito vinculado a ideia de um projeto de desenvolvimento capitalista industrial com soberania nacional e justiça social (Almeida, 2006, p. 206-210).

Lott fazia o contraponto ao setor militar mais alinhado com as posições do governo dos EUA, representado pela ESG. Esse embate entre “nacionalistas” e “entreguistas” no interior das Forças Armadas chega ao seu momento crucial entre 1961/1964, e o desfecho desse conflito interno será a derrota das forças nacionalistas-populares, democráticas e anti-imperialistas, fato que se torna inequívoco no mês de abril de 1964. Foi uma vitória do imperialismo estadunidense, que obteve como prêmio, entre outras coisas, o alinhamento e a submissão das Forças Armadas brasileiras. A partir desse momento, a “Ideologia de Segurança Nacional”, tão propagandeada pela ESG, torna-se, efetivamente, hegemônica, reinando absolutamente, em especial nos cursos de formação de cadetes e oficiais,

nas escolas e academias militares.

Essa formação política, ideológica e cultural com uma nítida influência do pensamento militar e estratégico estadunidense contribuiu para a existência, até hoje, no seio da instituição Forças Armadas, de um núcleo de oficiais conspiradores, golpistas e entreguistas, cujos interesses particulares estão muito acima dos autênticos interesses nacionais ou da própria Constituição e das leis vigentes. Segundo o historiador e General do exército brasileiro, Nelson Werneck Sodré Sempre me diverti, mais do que me irritou, por outro lado, os esfarrapados disfarces com que a reação se procura cobrir: o cinismo com que apresenta os seus interesses como nacionais, a sua forma de pensar e de agir como alta, pura e digna, a deformação de sentimentos, como o patriotismo, de que se alardeia monopolista. Há muitos e muitos anos, as classes dominantes, na maioria, rasgaram a bandeira nacional, como a bandeira democrática, se é que honraram a esta, em algum dia, entre nós. Mas continuam a dizer que os seus interesses são nacionais, que a sua tirania é democrática. (Sodré, 1967, p.373)

Nessa belíssima obra da historiografia nacional, Memórias de um soldado, Sodré nos apresenta uma precisa reflexão sobre as disputas entre as correntes que coexistiram dentro das Forças Armadas brasileiras, desde o período do movimento tenentista até os primeiros anos da Ditadura Militar-Empresarial (1964/1985). Ao se referir a esse setor militar conservador, antidemocrático, golpista e alinhado com os interesses estadunidenses, afirma que

Jamais haviam manifestado respeito algum pela lei: desejavam-na apenas para impô-la aos adversários. Lei, hierarquia, disciplina, eram boas para esse fim e só. Sempre se haviam considerado acima da lei; respeitavam-na quando lhes era conveniente; quando no poder, tornavam drástico o seu uso; para perder, jamais. Nem disciplina, preconceito bom para ser exigido dos outros, dos adversários principalmente, dos “inconformados”, dos “subversivos”. Não para eles, velhos e calejados conspiradores, colocados acima do bem e do mal, isentos de obediência à disciplina, pois cabia-lhes “salvar o país”, isto é, salvar suas posições, as parcelas de poder que detinham e que usavam tão mal. (Sodré, 1967, p. 534-535).

É realmente impressionante a atualidade do pensamento do general Werneck Sodré. Suas palavras jamais encontrariam tanta materialidade quanto no atual momento político nacional, onde temos uma cúpula militar dirigente que ainda reproduz os mesmos comportamentos do período das operações golpistas e inconstitucionais de 25 de agosto de 1961 e 31 de março de 1964. Talvez um dos momentos mais importantes de participação das Forças Armadas nas lutas políticas e sociais no Brasil, na perspectiva de contribuir na construção de um

projeto nacional, popular e democrático, tenha sido seu protagonismo na Campanha O Petróleo é Nosso, entre 1948 e 1953. A unidade cívico-militar em torno dessa bandeira fortaleceu o setor militar nacionalista. Infelizmente, em 1964, no campo do governo, seja civil ou militar, podemos constatar que a “burocracia nacionalista possuía um fraco poder de mobilização efetiva junto a grande parte dos setores populares urbanos, em particular o proletariado” (Almeida, 1995, p.149).

Agora vivemos uma situação muito mais grave que em qualquer outro momento histórico, pois além de bater continência para a bandeira dos EUA, entregar a Base de Alcântara (Base de lançamento de satélites, no Maranhão), aceitar a ordem do governo dos EUA para que a PETROBRAS não vendesse combustível para navios iranianos (fato ocorrido em 2019), fazer provocações e tomar medidas agressivas e belicistas contra a vizinha Venezuela e seguir Trump na defesa de Jerusalém enquanto capital do “Estado de Israel” (contrariando as Resoluções da ONU), só para citar alguns acontecimentos, Bolsonaro e Mourão entrarão para a história como o governo que mais destruiu direitos sociais e trabalhistas, que mais destruiu o meio ambiente, que isolou o Brasil do restante do mundo, e parcela da culpa dessa gestão desastrosa da atual crise recairá, inevitavelmente, sob o comando das Forças Armadas, que tem hoje entre 6 e 10 mil militares em diferentes postos importantes do atual governo.

Consideramos a situação mais grave pois esse governo militar-civil de Jair Bolsonaro é muito menos “nacionalista” que qualquer governo do período da Ditadura Militar-Empresarial. Aposta da privatização intensa e acelerada, na liberdade total e absoluta do capital, especialmente o grande capital comercial, industrial e financeiro, e pouco se preocupa com a piora nas condições de vida e de trabalho da ampla maioria da população, que sofre a cada dia com o crescimento do desemprego, da precarização, com a redução salarial e a queda da renda familiar. O aprofundamento da desigualdade social tende a acirrar a luta entre as classes, produzindo inúmeros conflitos em diferentes regiões do país, criando situações de tensão que podem abalar aquilo que as Forças Armadas se acostumaram a denominar “Segurança Interna”.

Em 1970, a Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra (ADESG), realizou um Ciclo de Conferências sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento, e um dos temas foi a Segurança Interna. Um pequeno livreto, chamado Segurança Interna, tem em sua capa, os dizeres: “Reservado aos Estagiários da ADESG”. O conteúdo é uma síntese das análises e das orientações presentes nos manuais da ESG. Ao tratar da Ação Preventiva, um conjunto de medidas para evitar o acirramento da luta de classes e preservar a “paz social”, o documento recomenda, no Campo Econômico, “acelerar a formação de capital para investimento em setores básicos da infraestrutura econômica, aumentar a produtividade, através

de estímulos aos produtores” e, no Campo Psicossocial, “acelerar a alfabetização, em âmbito nacional, em todas as faixas etárias, atender às necessidades básicas de saúde, habitação e previdência social” (ADESG, 1970, p.21).

Todas essas recomendações são justamente o contrário das ações do atual governo militar-civil de Jair Bolsonaro. Não pretendemos aqui reproduzir ilusões acerca da política social dos governos militares, pois não levaram adiante ações efetivas de diminuição da desigualdade social, mas tinham em mente algum projeto nacional de desenvolvimento, uma estratégia modernizante-conservadora, mas com alguns elementos de defesa da soberania nacional. E isso não existe no atual governo brasileiro. O grau de submissão da cúpula dirigente das Forças Armadas aos interesses estadunidenses nunca atingiu um nível tão elevado. E agora tem outro agravante, que são as relações de cooperação e os acordos firmados com as empresas israelenses, que conquistam espaços em distintas áreas da tecnologia militar, seja na implementação de sistema de radares para a Marinha, na venda de Veículos Aéreos Não-Tripulados para o Exército e Força Aérea, etc. Essa aproximação com a indústria israelense de defesa tende a aprofundar a desnacionalização crescente do setor. E a desnacionalização do setor de defesa significa perda do controle nacional sobre os mais avançados sistemas tecnológicos de uso militar, o que fragiliza as Forças Armadas brasileiras, que deveriam se preocupar em produzir em território nacional, com tecnologia própria, os meios e recursos necessários para que possam cumprir sua função constitucional.

As Forças Armadas e a desastrosa política externa de Bolsonaro

Entre os apoiadores do atual presidente brasileiro, sejam militares ou civis, membros do governo ou indivíduos sem vínculos orgânicos com qualquer organização, impera um profundo desconhecimento da história do Brasil. E quando somos confrontados com as posições adotadas pelo Ministro Ernesto Araújo na condução de sua pasta constatamos o baixíssimo nível teórico/intelectual dos principais quadros governamentais. Os mesmos que fazem uma defesa saudosista e desprovida de qualquer fundamento científico do período de 1964 a 1985 desconhecem os caminhos da política externa brasileira, as principais decisões e os principais acordos de cooperação, bem como a relação que muitos governos militares tiveram com países cujos governantes eram inimigos declarados dos EUA, muitos deles governados por líderes de orientação política evidentemente marxista, comunista ou socialista. É só lembrar o período dos anos 70, em especial após 1974, quando o Brasil, apesar de todos os problemas internos, de crise econômica e intensa repressão política contra os opositores, fez um aceno para as nações da África e Ásia, desenvolvendo as mais diversas relações com países como Líbia, Iraque, Argélia, República Popular da China, URSS, Angola,

Moçambique, Senegal, entre outros.

Se o vice-presidente, general Mourão, já reclamava das relações com o grupo de países “bolivarianos”, com os governos ligados ao Foro de São Paulo, o que diria da política externa do governo do general Ernesto Geisel? Em 04 de novembro de 1977 o presidente Geisel recebeu em banquete no Palácio do Itamarati o presidente do Senegal, país africano que conquistou a independência em 1960. Léopold Sédar Senghor, do Partido Socialista do Senegal, foi um dos fundadores, junto com Aimé Césaire, do movimento literário e político Negritude, que afirmava a necessidade dos negros e negras afirmarem suas raízes africanas. Esse movimento tinha uma crítica ao colonialismo e estava ligado a diferentes setores da esquerda reformista europeia, como o Partido Socialista Francês (PSF) e a Internacional Socialista.

Nesse encontro, Geisel começa seu discurso dizendo que a atitude brasileira buscava “uma compreensão que supere os antagonismos e contradições”, pois a “política exterior do Brasil, como a de Senegal, fundamenta-se em objetivos de paz, de cooperação, de harmonia e diálogo”, e

propugna o Brasil por soluções de entendimento, de preferência ao método de confrontação (...) apoiamos os povos que expressam a aspiração legítima de se verem livres de jugos coloniais e tudo fazemos ao nosso alcance para que as práticas e os sistemas que favoreçam o racismo sejam abandonados. (Geisel, 1978, p. 305, 306 e 307).

Dois anos antes, em 1975, em sua conhecida Mensagem ao Congresso Nacional, o presidente-general fazia um balanço da atuação do Brasil na política internacional, e destacava que o governo

procurou acelerar o ritmo de seus contatos diplomáticos e incrementar o intercâmbio comercial com os países socialistas da Europa Oriental e com a União Soviética. É a política brasileira, além de incentivar as exportações para a área socialista, diversificá-las através da inclusão gradativa, na pauta comercial, de produtos manufaturados e semimanufaturados (Geisel, 1975, p. 151).

Entre 1971 e 1984 o comércio bilateral Brasil-URSS teve um incremento impressionante, a ponto de transformar o país num dos três principais parceiros comerciais da URSS na América Latina, juntamente com Cuba e Argentina. O Brasil foi o pioneiro na América Latina em compra de turbinas e geradores da URSS, para abastecer as usinas hidrelétricas de Capivara e Sobradinho. Em 1981 o Ministro da Secretaria do Planejamento do governo do general João Figueiredo, economista Antônio Delfim Netto, esteve na URSS, e a partir dessa viagem foi

criada a Comissão Intergovernamental Soviético-Brasileira para a Cooperação Econômico-Comercial e Técnico-Científica Também vale lembrar que “delegações do Soviete Supremo (parlamento) da URSS estiveram no Brasil em 1980, 1982 e 1984” (Volchek, 1985, p. 27, 28, 30, 31, 34).

Por conta dessas relações comerciais e diplomáticas o Brasil se tornou parte do chamado “Bloco Socialista”? Ou rompeu relações com seu histórico aliado, o governo dos EUA? É óbvio que não. Esse pragmatismo, somado a algumas doses de política externa independente, fizeram dos últimos dois presidentes-generais um instrumento do processo de distensão que se desenvolvia nas relações internacionais, com estabelecimento de entendimentos e acordos entre EUA e República Popular da China, bem como EUA e URSS.

Em sua política externa, o Brasil, orientava-se pela dinâmica das transformações em curso no mundo, ou seja, procurava ter alguma sintonia com essa tentativa de diminuição das tensões percorrida pelas duas principais potências, buscando tirar algum proveito desse movimento, como no estreitamento com os movimentos de libertação nacional africanos e seus respectivos governos após o processo de independência.

Será que os oficiais da atual cúpula dirigente das Forças Armadas brasileiras conhecem esse período histórico? Qual a avaliação que fazem da política externa dos governos Geisel e Figueiredo? Será que realmente preferem a política externa do atual governo Bolsonaro? Será que não restou nenhum resquício de compromisso com a soberania nacional ou com os princípios que orientaram a política externa brasileira entre os governos Geisel e Dilma? Não eram governos revolucionários, não eram governos anticapitalistas, nunca propuseram ruptura de relações com os EUA, mas buscavam alguma identidade com aquilo que Celso Amorim tem denominado de “política externa ativa e altiva”, ou mesmo da já antiga política externa independente.

Sobre o tema Oriente Médio, sempre abordado por Bolsonaro através da defesa entusiástica do “Estado de Israel”, é interessante recuperar o posicionamento brasileiro na ONU durante a Assembleia Geral de 1974, onde o Brasil votou a favor do reconhecimento da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) como única e legítima representante de seu povo, aprovando que a mesma recebesse o status de delegação observadora na ONU, bem como foi favorável às Resoluções que condenaram o sionismo como uma das formas de racismo (Altemani de Oliveira, 2008, p. 153, 154 e 155) e, também, a ocupação israelense de territórios palestinos, algo realmente impensável em tempos de governo Bolsonaro. Essas são contradições que todo militar com um mínimo de bom senso deveria levar em consideração, pois ter alguém como Bolsonaro e Mourão representando simbolicamente um governo das Forças Armadas é algo muito

preocupante, além de vergonhoso.

Nelson Werneck Sodré: as Forças Armadas devem assegurar as liberdades democráticas e estar junto com o povo na construção de um projeto de nação. Ao examinar a obra de Sodré, encontramos um respeito profundo pela instituição militar, e sua crença de que ela deve servir aos interesses nacionais, que são, segundo este autor, intrinsecamente associados aos interesses das camadas populares da nação. O historiador e general afirma que as Forças Armadas têm sido utilizadas, constantemente, na história do Brasil, pelos diferentes segmentos da classe dominante, bem como pelos interesses do imperialismo estadunidense. Os militares, em especial os do Exército, tem sido um instrumento na defesa de interesses antinacionais, antidemocráticos e antipopulares. Seja em 1930, com a suposta “Revolução” que levou Getúlio Vargas ao poder, em 1937, com o golpe do Estado Novo ou em 31 de março de 1964, com a derrubada do governo legítimo e democrático de João Goulart, as Forças Armadas foram usadas, ficaram em exposição, representaram as forças políticas de extrema-direita e direita na execução de um projeto de desenvolvimento associado e subordinado ao governo dos EUA e seus aliados regionais.

Sodré também sustenta que os grupos que assumiram o comando das Forças Armadas no pós-64 usaram da cobertura militar para cometer crimes e atrocidades contra a população, e isso está comprovado pelos relatos das vítimas, “nas prisões, nas inquirições, nos processos, os abusos de poder, o desrespeito às normas da lei, a ostentação da violência e mesmo a utilização da tortura” (Sodré, 1965, p. 401). Avalia ainda que, o objetivo do governo estadunidense, é “transformar as Forças Armadas nacionais em tropas de ocupação, a seu serviço (...) Acabar com o comunismo, e pela violência armada, constituiria, para todas as Forças Armadas do mundo ‘ocidental e cristão’ a missão fundamental”.

Essa “minuciosa operação de lavagem cerebral (...) tem atingido, realmente, e com êxito determinados grupos delas, grupos especializados e por isso mesmo atingíveis: os do comando, os do Estado Maior” (Sodré, 1965, p. 403).

Sodré conclui que as Forças Armadas precisam se concentrar no cumprimento de sua missão constitucional, a defesa da pátria diante das ameaças externas, a garantia da soberania nacional e das liberdades democráticas, não se envolvendo em operações golpistas para defender os interesses dos mais ricos e do imperialismo. Seguindo este caminho “haverá uma hierarquia mais sólida, uma ordem mais estável, uma subordinação mais consciente, na medida em que as Forças Armadas completem a sua transformação em instituições nacionais. Com a aceitação plena de que só é nacional o que é popular” (Sodré, 1965, p. 410).

As Forças Armadas e as forças populares, progressistas e de esquerda: um diálogo possível?

Entre 1922 e 1964 militares e civis compartilhavam muitos espaços de debate sobre um projeto nacional de desenvolvimento de caráter popular, democrático e anti-imperialista, e alguns militares até se integraram nas fileiras de partidos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). O movimento tenentista, iniciado em 1922, se fortalece entre 1924 e 1930, e surge, em seu interior, distintas correntes políticas, causando uma divisão natural entre seus principais dirigentes, alguns caminhando na direção das forças mais conservadoras, como foi o caso de Juarez Távora, e outros seguindo na direção da esquerda comunista, como foi o caso do “Cavaleiro da Esperança”, o capitão Luís Carlos Prestes. A Coluna Prestes cumpriu uma missão heroica pelo interior do Brasil, percorrendo cerca de 25 mil quilômetros e lutando por justiça social. Figuras como o Tenente Apolônio de Carvalho, o Sargento Gregório Bezerra, o capitão Carlos Lamarca (entre 1967 e 1971), só para citar os mais conhecidos, também se tornaram um exemplo desse trabalho de organização política da esquerda nas Forças Armadas. Mas todas essas iniciativas de contato das forças populares, progressistas e de esquerda com os militares foram interrompidas após o golpe de 1964. As circunstâncias e as lutas políticas e sociais afastaram militares de civis, e uma intransponível barreira separou duramente a esquerda brasileira das instituições militares.

Não resta dúvida que qualquer transformação radical das relações econômicas, de trabalho e de produção, para ser vitoriosa, ou seja, para se consolidar enquanto uma nova sociedade, necessita da participação ativa, consciente e organizada de setores militares. O século XX demonstrou que, para transformar radicalmente a estrutura de uma sociedade ou de um sistema em crise, é necessário o engajamento de setores importantes das Forças Armadas nesse processo de mudanças. Todas as revoluções vitoriosas no Século XX tem como uma das características a união cívico-militar, a transformação das forças sociais e políticas em poder material, em força político-militar. A presença ativa de setores das Forças Armadas em lutas de libertação nacional, em lutas anti-imperialistas ou em revoluções anticapitalistas tem sido um elemento decisivo para que tais processos conseguissem construir os meios indispensáveis para sobreviver e avançar na edificação de novas relações sociais.

Por isso consideramos urgente uma tentativa de diálogo e aproximação com setores militares que tenham disposição de debater com civis um projeto de nação, um projeto de sociedade. O momento atual impõe como necessidade, aos povos e nações que desejam preservar sua soberania e autodeterminação, a elaboração de uma Estratégia de Defesa Nacional Anti-imperialista, com forte conteúdo

democrático e popular. O melhor caminho é a construção de uma estratégia com a participação de diferentes setores da sociedade, visando à construção de um movimento cívico-militar cujos objetivos centrais e unitários iniciais sejam a luta por um projeto de desenvolvimento com justiça social e soberania nacional, uma pauta que poderia estimular um primeiro contato entre militares e civis que manifestam um intenso sentimento de indignação diante da profunda crise econômica, social, política e institucional que vive o Brasil.

Os militares são parte ativa da sociedade, e não podem ser excluídos de qualquer discussão sobre os rumos da política nacional ou sobre o papel do Brasil na América Latina e no mundo. Ouvir a opinião dos militares, compreender suas ideias, seus valores, sua dinâmica e o pensamento hegemônico no interior da caserna, são exigências indispensáveis de uma perspectiva que acredita na possibilidade de uma futura unidade cívico-militar subordinada a uma estratégia política de transformações estruturais da sociedade brasileira.

Referências

- ALMEIDA, Lúcio Flávio. Ideologia Nacional e Nacionalismo. São Paulo: EDUC, 1995.
- _____. Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- ALTEMANI DE OLIVEIRA, Henrique. Política Externa Brasileira. São Paulo: Saraiva, 2005.
- AMORIM, Celso. Conversas com jovens diplomatas. São Paulo: Benvirá, 2011.
- _____. Breves narrativas diplomáticas. São Paulo: Benvirá, 2013.
- _____. Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e altiva. São Paulo: Benvirá, 2015.
- BUZETTO, Marcelo. Guerra de Todo o Povo: a influência das lutas políticas e sociais na Nova Doutrina de Defesa Nacional Venezuelana. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.
- _____. A Questão Palestina: guerra, política e relações internacionais. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- CUNHA, Paulo Ribeiro. Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. São Paulo: Fapesp/Revan, 2002.

- CAPITANI, Avelino Bion. A rebelião dos Marinheiros. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- DREIFUSS, René. 1964: a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. O jogo da direita. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1995.
- ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS – ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA – DEPARTAMENTO DE ESTUDOS. Manual Básico. Rio de Janeiro: ESG, 1976.
- ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS – ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Manual Básico. Rio de Janeiro: 1983.
- GEISEL, Ernesto. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1975.
- _____. Discursos. Volume IV, 1977. Brasília: Assessoria de Imprensa da Presidência da República, 1978.
- LEOCÁDIA PRESTES, Anita. Uma Epopeia Brasileira: a Coluna Prestes. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MIRANDA, Cel. Antônio Duarte, VIDAL, Cel. Germano Seidl; RAMOS DE ALENCAR, Ten.-Cel. José. Segurança Interna. Brasília: ADESG, 1970.
- PARUCKER, Paulo Eduardo C. Praças em Pé de Guerra. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MORAES, João Quartim de. A Esquerda Militar no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. Memórias de um Soldado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- VIANNA, Marly A. G. Revolucionários de 35: sonho e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- VOLCHEK, Boris et al. Brasil-URSS: 40 anos do estabelecimento de relações diplomáticas. Rio de Janeiro: Revan, 1985.